



2024

RELATÓRIO ANUAL

REFORMAR – Research for Mozambique

Prefácio

O Relatório Anual 2024 da REFORMAR – Research for Mozambique é um testemunho do compromisso contínuo desta organização com a promoção da justiça criminal e penitenciária baseada nos princípios dos Direitos Humanos. O ano de 2024 foi marcado por desafios e avanços significativos, consolidando a REFORMAR como uma instituição de referência na produção de conhecimento, na advocacia e na capacitação de actores estratégicos para um sistema de justiça mais acessível, equitativo e eficiente em Moçambique.

A justiça criminal enfrenta desafios constantes, exigindo respostas inovadoras e políticas públicas baseadas em evidências. Ao longo deste ano, a REFORMAR reforçou o seu papel de agente transformador ao produzir pesquisas rigorosas, impulsionar reformas e capacitar profissionais que operam no sistema de justiça. Foram promovidas formações especializadas, desenvolvidos estudos aprofundados sobre temas críticos e estabelecidas parcerias estratégicas que ampliaram o impacto da organização. Entre os avanços mais notáveis, destacam-se o fortalecimento das formações em Justiça Amiga da Criança, que permitiram uma abordagem mais humanizada e sensível às crianças em conflito com a lei, às vítimas e testemunhas, bem como a pesquisa sobre mulheres em conflito com a lei, que trouxe à tona as desigualdades de género no sistema penal e propôs soluções alternativas ao encarceramento.

A REFORMAR também foi activa na promoção da descriminalização de condutas associadas à pobreza, gerando um debate relevante sobre o impacto das leis penais nas populações marginalizadas. A advocacia pelos direitos dos reclusos foi reforçada, com um foco particular na superlotação e nas condições das unidades penitenciárias. Além disso, a REFORMAR esteve presente em fóruns internacionais, ampliando a sua rede de cooperação e troca de boas práticas. A organização também apostou na sensibilização pública, com exposições fotográficas e actividades culturais, como a iniciativa "Perdido-Achado" e os programas de musicoterapia no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, que contribuíram para uma maior consciencialização sobre as condições dos reclusos e a importância da reabilitação social.

Este Relatório Anual 2024 é um reflexo das actividades e conquistas da REFORMAR, bem como uma fonte de inspiração para todos os que acreditam numa justiça inclusiva e humanizada. Ele reafirma a necessidade de um engajamento contínuo e de uma análise crítica sobre os desafios e as oportunidades que influenciam o futuro da justiça criminal e penitenciária em Moçambique.

Com votos de uma leitura atenta e reflexiva,

Elisa Samuel Boarkamp

Directora-Geral do Centro De Formação Jurídica E Judiciária - CFJJ

Índice

<i>Prefácio</i>	2
<i>Acrónimos</i>	5
<i>Perfil institucional</i>	7
<i>Revisão Organizacional</i>	8
<i>A Nossa Missão</i>	12
<i>2024 Em Revista</i>	15
1. <i>Publicações</i>	15
1.1 <i>Relatórios de pesquisa e outro material finalizado</i>	15
1.2 <i>Relatórios de pesquisa em curso</i>	21
2. <i>Formações e Seminários</i>	23
3. <i>Acções de Advocacia</i>	30
4. <i>Apresentações, participações e outras actividades</i>	32
4.1 <i>Apresentações</i>	32
4.2 <i>Participações</i>	37
4.3 <i>Outras actividades</i>	42
5. <i>Apoio e colaborações</i>	53
6. <i>Divulgação</i>	54
6.1 <i>Website</i>	54
6.2 <i>Facebook</i>	54
6.3 <i>Twitter</i>	54
<i>Contactos</i>	54

Acrónimos

ACE-AJ	<i>African Center of Excellence for Access to Justice</i> /Centro Africano de Excelência para o Acesso à Justiça
ACIPOL	Academia de Ciências Policiais
ACJR	<i>Africa Criminal Justice Reform</i> /Reforma da Justiça Criminal em África
AGAPE	Organização de apoio ao desenvolvimento
CEP	Código de Execução das Penas
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
ComSec	<i>Commonwealth Secretariat</i> /Secretariado da Commonwealth
COT	Criminalidade Organizada Transnacional
ENMF	Escola Nacional de Magistrados da França
EP	Estabelecimento Penitenciário
EPPM	Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo
ESAPOL	Escola de Sargentos da Polícia
GCCC	Gabinete Central de Combate à Corrupção
ICAR	<i>International Consortium on Applied Research</i> /Consórcio Internacional de Pesquisa Aplicada
ICJ	<i>International Commission of Jurists</i> /Comissão Internacional de Juristas
ICws	<i>Institute of Commonwealth Studies</i> /Instituto de Estudos da Commonwealth
IDLO	International Development Law Organization/Organização de Direito Internacional para o Desenvolvimento
IPAJ	Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judiciária
ISCTAC	Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
LARC	<i>Land and Accountability Research Centre</i> /Centro de Pesquisa de Terras e Responsabilidade
MJCR	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PARPA	Plano de Ação para a Redução da Pobreza
PASSI	<i>PASSI Società Cooperativa</i>
PGR	Procuradoria-Geral da República de Moçambique
REALIS	Revista de Estudos Antiutilitaristas e Postcoloniais
SALC	<i>Southern Africa Litigation Centre</i> /Centro de Contencioso da África Austral
SERNAP	Serviço Nacional Penitenciário
SPEED	<i>Supporting the Policy Environment for Economic Development</i> /Apoio ao ambiente político para o desenvolvimento económico
UCT	University of Cape Town/Universidade da Cidade do Cabo
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> /Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDOS	Rede Nacional de Redução de Danos
UNODC	<i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> /Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

USAID	<i>United States Agency for International Development</i> /Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UWC	<i>University of the Western Cape</i> /Universidade do Cabo Ocidental
VBG	Violência Baseada no Gênero
VSO	<i>Voluntary Service Overseas</i> / Serviço Voluntário no Exterior
WILSA	<i>Women and Law in Southern Africa</i> /Mulheres e Direito na África Austral

Perfil institucional

A REFORMAR - Research for Mozambique (doravante REFORMAR) é uma organização da sociedade civil que fornece pesquisa, formações e advocacia em justiça criminal e Direitos Humanos em Moçambique e outros países africanos de língua oficial portuguesa.

Criada em 2015, a REFORMAR reconhece que os Direitos Humanos nos sistemas de justiça criminal são violados, que a defesa e promoção dos Direitos Humanos na justiça penal pressupõe pesquisas baseadas em evidência, a importância da formação regular e abrangente de todos os actores que trabalham no sector da justiça, para o desenvolvimento do conhecimento e mudança de comportamentos e que as reformas são baseadas no desenvolvimento das leis, das políticas e das práticas.

O trabalho da REFORMAR está fundamentado em leis internacionais, regionais e nacionais, com destaque para as Regras de Mandela, e está alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2024, a organização ampliou sua actuação ao abordar temas como a descriminalização de condutas associadas à pobreza, a participação de mulheres no sistema de justiça criminal e a reforma de políticas sobre consumo de drogas.

A REFORMAR colabora activamente com organizações nacionais e internacionais, como o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), o Serviço Nacional Penitenciário (SER NAP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância/United Nations Children's Fund (UNICEF), e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime/*United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), promovendo aprendizagem mútua e crescimento. A organização também trabalha para garantir que, no contexto regional e internacional, a língua portuguesa seja cada vez mais valorizada, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), União Africana, mesmo não sendo língua oficial das Nações Unidas.

Em todas as suas actividades, a REFORMAR mantém o compromisso de garantir que suas iniciativas sejam inclusivas e que promovam a protecção dos direitos humanos, priorizando soluções baseadas na reabilitação, reinserção e justiça social.

Revisão Organizacional

Tina Lorizzo - Directora



Tina Lorizzo é membro fundadora da organização. Doutorada em Direito Público e Mestrada em Justiça Criminal pela Universidade da Cidade do Cabo (UCT), na África do Sul, Tina Lorizzo está também ligada à Faculdade de Direito da Universidade do Cabo Ocidental (UWC), na África do Sul, como Professora-Adjunta. Desde 2010, Tina Lorizzo é Pesquisadora Associada do projecto *Africa Criminal Justice Reform* (ACJR) no *Centro Dullah Omar Institute* (DOI) da UWC.

Com enfoque na África Lusófona, Tina Lorizzo possui mais de quinze anos de experiência na área dos direitos humanos em justiça criminal. Seus interesses actuais estão relacionados à alternativas à prisão, crianças e mulheres em conflito com a lei, polícia e policiamento e a dinâmica entre o sistema de justiça formal e o direito consuetudinário. Entre suas publicações recentes podem ser destacados os livros “Tribunais comunitários e pluralismo jurídico pós-colonial: Justiça criminal em Moçambique” publicado pela Routledge Editora e “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane” publicado pela Gala Gala Editores. Merece destaque também o artigo “Decisões de encarceramento dos juízes em Moçambique: A necessidade de descolonizar a abordagem punitiva da justiça criminal” publicado na Revista Brasileira REALIS-Revista de Estudos Antiutilitaristas e Postcoloniais.



Lourenço Sigaúque é psicólogo e pesquisador júnior, interessado por temas como reabilitação e reinserção social. Licenciado em Psicologia Criminal pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC), tem experiência significativa em pesquisa e implementação de programas voltados para a reabilitação juvenil e a defesa dos direitos das mulheres e menores em conflito com a lei.

Em 2024, Lourenço colaborou em projectos de pesquisa e consultoria sobre justiça criminal e Direitos Humanos, contribuindo para o desenvolvimento de materiais didácticos e relatórios técnicos. Participou também da coordenação de iniciativas de capacitação de profissionais do sector da justiça e da promoção de programas de reinserção social de reclusos e ex-reclusos.

É co-autor do livro "Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane", um estudo que documenta as condições de jovens privados de liberdade e propõe soluções para um sistema de reabilitação mais humano e eficaz.

Além disso, Lourenço tem experiência prática no Estabelecimento Penitenciário Preventivo de Maputo (EPPM), onde aplicou seus conhecimentos teóricos na assistência psicológica e reabilitação de indivíduos privados de liberdade. Fluente em português e inglês, possui habilidades em comunicação, pesquisa aplicada e advocacia para justiça social. Seu compromisso com a transformação do sistema penitenciário moçambicano reflecte-se em sua actuação activa em projectos de sensibilização, formação e defesa dos direitos fundamentais.

Amide Nhamposse – Assistente jurídico e pesquisador júnior



Amide Joaquim Nhamposse é assistente jurídico e foi pesquisador júnior da REFORMAR no ano de 2024. Licenciado em Direito pela Universidade São Tomás de Moçambique (USTM), Amide Nhamposse possui uma pós-graduação pela Universidade Pedagógica de Maputo (UP). Amide Nhamposse estagiou no Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e Judiciária (IPAJ) afecto ao Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo e ao Estabelecimento Penitenciário Especial para Mulheres de Ndavela. Nos EPs teve a oportunidade de adquirir experiência e conhecimento na área de justiça criminal.

Ilídio Nhantumbo – Colaborador externo



Ilídio Nhantumbo é colaborador externo da REFORMAR, com dois mestrados, um em Ciência Política pela Georgia State University e outro em Desenvolvimento Internacional Sustentável pela Heller School for Social Policy and Management, Brandeis University nos Estados Unidos da América. Licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) em Moçambique, tem mais de uma década de experiência em governação, desenvolvimento, democratização e descentralização.

Foi Oficial de Programas e gestor em organizações como HELVETAS, CARITAS, TROCAIRE e CHRISTIAN AID, apoiando o envolvimento da sociedade civil em políticas públicas como o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA) e voluntário das Nações Unidas para processos eleitorais em Timor Leste. No Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), esteve envolvido em processos eleitorais e de direitos humanos, monitoria de políticas e advocacia. Tendo leccionado na Universidade Técnica de Moçambique, é actualmente docente na Universidade Católica de Moçambique, em Maputo, pesquisador e consultor independente.

Ilídio Nhantumbo é pesquisador em democracia, participação política, descentralização e políticas públicas. Suas publicações incluem o artigo “O Analfabetismo Político entre Moçambicanos Alfabetizados: Digitalização e erosão da participação política” no *Desafios para Moçambique 2018*, publicado pelo Instituto de Estudos Sociais Económicos (IESE) e co-autor do artigo “Promovendo a prestação de contas através dos Conselhos Consultivos: Estudo de caso do PROGOAS” pelo IDS Working Papers, para além de mais de 25 artigos de opinião em jornais moçambicanos como *A Carta*, *Canal de Moçambique* e *O País*.

Sabina Anifa Ali Lazima - Assistente jurídica e pesquisadora júnior



Sabina Anifa Ali Lazima foi pesquisadora júnior estagiária da REFORMAR no ano de 2024. Finalista do curso de Direito pela Universidade Eduardo Mondlane, Sabina envolveu-se em diversos projectos relacionados ao direito penal e justiça social. Durante a sua formação, participou de estágios em instituições jurídicas e de pesquisas, o que lhe proporcionou uma sólida compreensão das questões legais e sociais em Moçambique.

A Nossa Missão

A REFORMAR trabalha no âmbito dos Direitos Humanos aplicados à justiça criminal através de três áreas principais: pesquisa, formação e advocacia.

O empenho da REFORMAR na pesquisa aplicada mantém-se como pilar essencial, fortalecendo seu compromisso com a promoção e protecção do sistema jurídico em Moçambique. Em 2024, a organização realizou estudos significativos abordando temas de grande relevância, e que produziram os seguintes resultados:

- **Justiça Amiga da Criança:** Em parceria com o CFJJ, a REFORMAR reviu currículos e manuais formativos, abordando temas como crianças em conflito com a lei, vítimas e testemunhas, e estratégias para garantir uma abordagem sensível e humanizada no tratamento desses casos. O trabalho gerou três módulos essenciais:
 - Crianças em Conflito com a Lei; Crianças Vítimas, Testemunhas e Denunciantes; e Crianças Ligadas a Grupos Armados.
 - Cada um desses módulos foi elaborado para abordar os desafios específicos destas matérias delicadas. Os manuais foram elaborados para atender às necessidades específicas dos principais actores que lidam directamente com as questões relacionadas aos direitos da criança em Moçambique, nomeadamente: Polícia; Defensores Públicos, Magistrados Judiciais e do Ministério Público e Agentes Penitenciários.
 - Cada manual foi estruturado em nove secções distintas. Essas secções incluem objectivos gerais e específicos, competências a serem desenvolvidas, conceitos-chave, conteúdo relevante, sugestões de leituras essenciais e avançadas, além de exercícios práticos, notícias e vídeos destinados a auxiliar o formador na preparação das aulas. Deste material, também faz parte o Currículo de Formação do Sector da Justiça sobre Direitos da Criança.
- **Mulheres Privadas de Liberdade - O Caso de Moçambique:** A pesquisa revelou os factores estruturais, como pobreza e violência de género, que levam muitas mulheres ao sistema de justiça criminal, destacando a importância da aplicação de penas alternativas à prisão e de reformas legislativas mais equitativas.

- Crianças e menores privados de liberdade: a obra “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane” documentou as experiências de jovens entre 16 e 21 anos, analisando questões como educação, condições de saúde e vulnerabilidade económica, com recomendações para um sistema integrado de reabilitação e reinserção.

Em 2024, a REFORMAR concentrou esforços na capacitação de actores do sistema de justiça criminal. Entre as principais formações realizadas, destacam-se:

- Formações em Penologia direccionadas para agentes penitenciários e estagiários da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) e estudantes finalistas do curso de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), com foco na superlotação prisional e na promoção de práticas de reabilitação baseadas em Direitos Humanos.
- Musicoterapia e programas educacionais no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, como aulas de inglês e italiano.

A REFORMAR continua a desempenhar um papel activo na defesa dos Direitos Humanos, com destaque para:

- Organização de um debate sobre o Acórdão 14/CC/2023 no CFJJ. Uma pesquisa sobre as desigualdades no sistema penitenciário moçambicano serviu de base para a petição liderada pela Dra. Alice Mabota junto ao Conselho Constitucional. A petição contestava a constitucionalidade do Artigo 8 (2) do CEP, que permite que reclusos com vantagens em recursos financeiros obtenham condições de detenção mais favoráveis, como acesso a médicos particulares, aquisição de bens pessoais e melhorias nas celas. O Conselho Constitucional, no Acórdão 14/CC/2023, decidiu não declarar a norma inconstitucional, argumentando que os reclusos com capacidade financeira ou profissional prévia, não atingida pela condenação, poderiam usufruir dessas condições desde que não fossem restringidas por lei ou pela sentença penal. A REFORMAR reafirma sua posição de que essa norma cria desigualdade dentro do sistema prisional, contrariando o princípio da igualdade consagrado na Constituição da República de Moçambique e os padrões internacionais estabelecidos pelas Regras

de Mandela, que garantem a igualdade de tratamento e condições adequadas de detenção para todos os reclusos, independentemente de sua capacidade financeira.

- Direito de voto de cidadãos encarcerados: A organização tem liderado debates e acções que visam garantir os direitos políticos dos reclusos, reforçando o papel da justiça na inclusão social.
- Participação em eventos internacionais: no âmbito da promoção de uma justiça mais eficiente no combate à criminalidade organizada transnacional (COT), a REFORMAR participou de um workshop regional sobre COT, organizado pela Organização de Direito Internacional para o Desenvolvimento (IDLO). Dentre os desafios destacados, foram abordadas questões como barreiras linguísticas, diferenças nos quadros jurídicos e processuais, e a escassez de recursos financeiros, humanos e tecnológicos. Também se discutiu a necessidade de adaptação às novas tecnologias que facilitam a propagação da criminalidade transnacional na região oriental de África.
- A REFORMAR também participou de consultas regionais com destaque para a criação de um guião prático sobre uma abordagem do Direito Penal baseada nos Direitos Humanos, com foco na descriminalização de condutas associadas à pobreza e ao status de sem-abrigo. Organizado pelo Instituto de Estudos da Commonwealth (ICWs), a Comissão Internacional de Juristas (ICJ), a criminalização de grupos marginalizados, como aqueles em situação de pobreza e a importância de reformar as leis que tratam de crimes como vadiagem e comércio informal foram discutidos. O objectivo do guião é promover uma justiça penal mais inclusiva e alinhada com os direitos Humanos, visando minimizar o impacto das leis penais sobre as populações vulneráveis. Para mais informações, consulte o Guião através do seguinte link: https://reformar.co.mz/documentos-diversos/practitioner-guideline_feb-2025.pdf

Estas acções continuam a consolidar a REFORMAR como uma referência na promoção de reformas inclusivas e na defesa dos direitos fundamentais no contexto da justiça criminal.

2024 Em Revista

1. Publicações

Durante o ano de 2024, a REFORMAR conduziu diferentes pesquisas e produziu relatórios de pesquisa, para instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Na secção que se segue, serão elencados, acompanhados por resumos, os relatórios, reportando também a data da sua conclusão e os trabalhos em curso.

1.1 Relatórios de pesquisa e outro material finalizado

TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS E PLURALISMO JURÍDICO PÓS-COLONIAL NA JUSTIÇA CRIMINAL DE MOÇAMBIQUE

31 DE JANEIRO DE 2024



**COMMUNITY COURTS AND
POSTCOLONIAL LEGAL
PLURALISM**

CRIMINAL JUSTICE IN MOZAMBIQUE

Tina Lorizzo



Em 2024, a REFORMAR consolidou seu compromisso com a promoção de sistemas de justiça inclusivos através da publicação do livro de autoria da Dra. Tina Lorizzo, intitulado, “Tribunais Comunitários e Pluralismo Jurídico Pós-Colonial na Justiça Criminal de Moçambique”. A obra, publicada em inglês, examina o papel essencial dos

tribunais comunitários no acesso à justiça para populações marginalizadas, demonstrando como esses espaços emergem como alternativas viáveis num contexto em que o sistema formal muitas vezes se mostra inacessível. Questões como barreiras linguísticas, custos financeiros elevados e distâncias geográficas são alguns dos desafios enfrentados por comunidades que dependem de soluções locais e culturalmente adaptadas.

O livro apresenta uma abordagem pós-colonial crítica, analisando como os sistemas normativos locais interagem com a justiça formal em Moçambique. A autora fundamenta que os tribunais comunitários não só resolvem litígios, mas também desempenham um papel crucial na preservação da identidade cultural, fortalecendo as estruturas sociais e promovendo a autonomia das comunidades. Por meio de estudos de caso, a obra revela como esses tribunais podem actuar como ponte entre sistemas tradicionais e formais, mitigando conflitos e promovendo soluções sustentáveis para as comunidades.

O lançamento oficial, realizado no dia 14 de Outubro de 2024, na Universidade da Cidade do Cabo, reuniu especialistas renomados, como a Dra. Nolundi Luwaya, Directora do Centro de Pesquisa em Terra e Responsabilidade (*Land and Accountability Research Centre LARC*) e a Dra. Nicola Palmer, especialista em Direito Penal, autora de *"Courts in Conflict: Interpreting the Layers of Justice in Post-Genocide Rwanda"*. Os debates trouxeram perspectivas complementares sobre pluralismo jurídico no continente africano, reforçando a importância de um olhar crítico sobre a justiça criminal em contextos pós-coloniais.

O livro pode ser adquirido através do seguinte link:

https://www.routledge.com/Community-Courts-and-Postcolonial-Legal-Pluralism-Criminal-Justice-in-Mozambique/Lorizzo/p/book/9781032592039?fbclid=IwAR3UgQ1VloaLgJ1uwEmz9xFTmOJdcr6t2fuoSopmCErXD-DHGCUBL3OXwuQ_aem_AUJILbCtxNEAh_uYgX8CDTIQIY3wMb1u_ovO1UZOCukyDCML8fi7cQiQTApQSc7ruUAeEqkFxbfzQ9BUslAly6-y

AVALIAÇÃO SITUACIONAL SOBRE MULHERES EM CONFLITO COM A LEI EM MOÇAMBIQUE E PLANO DE ACÇÃO

28 DE FEVEREIRO DE 2024



Em 2024, a REFORMAR concluiu um

estudo sobre as mulheres em conflito com a lei em Moçambique. A Avaliação Situacional, liderada por Tina Lorizzo e Amide Nhamposse, buscou compreender os factores que levam mulheres a entrarem em conflito com a lei, além de analisar as condições enfrentadas dentro do sistema de justiça criminal. O trabalho de campo envolveu encontros com diversos actores do sistema de justiça, incluindo Juízes, Procuradores, Directores de estabelecimentos penitenciários e representantes de organizações da sociedade civil. Durante essas interacções, foram abordados temas como desigualdade de género, estigmatização, barreiras no acesso à assistência jurídica e o impacto de políticas punitivas sobre as mulheres.

O estudo revelou que muitas mulheres em conflito com a lei enfrentam um ciclo de exclusão social e pobreza, frequentemente exacerbado por violência baseada no género e falta de suporte familiar. Além disso, apontou a necessidade de soluções alternativas à prisão, como programas de reabilitação comunitária, apoio psicológico e acesso a oportunidades económicas. A pesquisa também propõe reformas legislativas que assegurem um tratamento mais humanizado e equitativo para essas mulheres, abordando as causas estruturais que contribuem para seu envolvimento em actividades ilícitas.

Em colaboração com o DOI da Universidade do Cabo Ocidental na África do Sul e com o apoio do UNODC - Gabinete das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a pesquisa culminou na elaboração de um plano de acção sensível ao género. Este plano propõe uma abordagem integrada, envolvendo os sectores de justiça, saúde e assistência social, com o objectivo de criar condições para uma verdadeira reinserção dessas mulheres na sociedade.

AVALIAÇÃO SOBRE DECISÕES DE ENCARCERAMENTO DOS JUÍZES EM MOÇAMBIQUE E PLANO DE AÇÃO

28 DE FEVEREIRO DE 2024



The screenshot shows the REALIS journal website. The header includes the journal title 'REALIS', ISSN 2179-7501, and logos for PPGS, UFPE, CEA, and VPE. The main content area displays the article title 'Decisões de Encarceramento dos Juizes em Moçambique' by Tina Lorizzo, with a subtitle 'A necessidade de descolonizar a abordagem punitiva à justiça criminal'. The author's name and affiliation 'Tina Lorizzo, REFORMAR - Research for Mozambique' are listed, along with her ORCID ID and the article's DOI. The abstract begins with 'Ao longo da última década, Moçambique embarcou numa reforma abrangente que visava melhorar as condições das prisões no país. A reforma legal foi acompanhada por uma reforma institucional. As'.

Em 2024, a REFORMAR concluiu um

estudo sobre as decisões de encarceramento dos juizes em Moçambique. A avaliação, liderada por Tina Lorizzo, visou compreender o impacto das decisões judiciais nas condições prisionais do país e destacar a necessidade de descolonizar a abordagem punitiva da justiça criminal.

O estudo revelou que, apesar das reformas legais e institucionais iniciadas em 2013, as condições prisionais continuam precárias, com superlotação alarmante e uso excessivo da prisão preventiva, inclusive para crimes sumários. Houve reconhecimento de que alternativas à prisão, como serviços comunitários, têm sido subutilizadas, mesmo quando previstas pela legislação. O estudo também apontou para a necessidade de uma reforma profunda no sistema de justiça, que incluía uma abordagem mais humanizada e contextualizada.

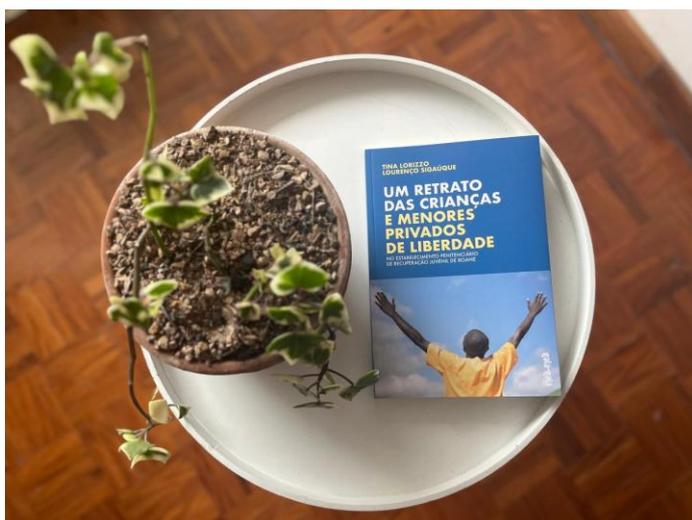
A pesquisa culminou na elaboração de um plano de acção que propõe três soluções principais: o uso de recursos legais pelas vítimas de decisões judiciais injustas, a responsabilização civil do Estado por detenções ilegais e a descolonização da abordagem estatal à justiça criminal. O plano enfatiza a importância dos tribunais comunitários como mecanismos locais de resolução de conflitos, promovendo uma justiça restaurativa mais alinhada com o contexto sociocultural moçambicano. O plano recomenda também a inclusão de disciplinas como Pluralismo Jurídico e Penologia nos currículos das faculdades de direito e centros de formação judicial. O objectivo é sensibilizar futuros juízes e procuradores sobre a importância de alternativas ao encarceramento e a necessidade de uma justiça mais equitativa e inclusiva em Moçambique.

O artigo foi publicado pela Revista Brasileira REALIS - Revista de Estudos Antiutilitaristas e Postcoloniais e está disponível através do seguinte link:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/261311>

UM RETRATO DAS CRIANÇAS E MENORES PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO DE RECUPERAÇÃO JUVENIL DE BOANE

10 DE SETEMBRO DE 2024



A REFORMAR concluiu o livro “Um Retrato das Crianças e Menores Privados de Liberdade no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane”, uma obra de autoria de Tina Lorizzo e Lourenço Sigaúque. O livro documenta as experiências vividas por 92 crianças e menores, com idades entre 16 e 21

anos, no único EP em Moçambique dedicado exclusivamente à recuperação juvenil. Este trabalho oferece uma análise abrangente que vai além dos aspectos gerais, explorando a situação familiar, condições de saúde, acesso à educação e a precariedade económica que impactam directamente a vida desses indivíduos. O estudo destaca como essas condições influenciam o aumento das taxas de reincidência e perpetuam ciclos de vulnerabilidade.

Entre os pontos abordados, o estudo enfatiza a ausência de programas adequados de reabilitação e reinserção social dentro do sistema prisional. Isso inclui a falta de formação profissional de qualidade, a inexistência de apoio psicossocial consistente e a carência de serviços que atendam às necessidades individuais dos menores. Além disso, o livro também chama atenção para as limitações enfrentadas pelas famílias desses jovens, muitas vezes marcadas pela exclusão económica e social, que acabam dificultando a reinserção dos menores na sociedade após o cumprimento da pena.

A obra apresenta recomendações detalhadas, como o desenvolvimento de um sistema integrado de apoio que contemple não apenas a área de justiça, mas também os sectores de educação, saúde e assistência social. O fortalecimento das relações comunitárias e familiares também é apontado como essencial para a prevenção da reincidência. Esta publicação não apenas contribui para o debate académico, mas também representa uma chamada à acção para decisores políticos e actores sociais comprometidos com a protecção dos direitos da criança. Embora tenha sido concluído em 2024, o lançamento oficial do livro foi adiado para 2025 devido às manifestações que começaram após as eleições de 9 de Outubro de 2024. O livro encontra-se disponível para aquisição em vários locais: em Maputo, no escritório da REFORMAR, Livraria Mabuko, Livraria Sequoia, Livraria Ethale e Livraria Escolar Editora; em Sofala, na Livraria Fundza (Beira); em Manica, na Livraria Khapes (Chimoio); e em Nampula, na Livraria Ubuntu Educacional (Nacala).

1.2 Relatórios de pesquisa em curso

ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O IMPACTO DAS LEIS CRIMINAIS, DE SEGURANÇA E POLÍTICAS EXCEPCIONAIS EM PAÍSES FRANCÓFONOS E LUSÓFONOS (BURUNDI, COSTA DO MARFIM, MOÇAMBIQUE)

MARÇO DE 2024



A REFORMAR está a conduzir uma pesquisa comparativa sobre o impacto das leis criminais, de segurança e políticas excepcionais nos países francófonos e lusófonos, com foco em Moçambique, Burundi e Costa do Marfim. Esta pesquisa visa analisar as reformas legislativas, a aplicação das leis e o papel do Estado na punição de infractores, com um olhar atento sobre os desafios enfrentados pelas populações vulneráveis.

A pesquisa visa escrutinar a relação entre leis herdadas da era colonial e as reformas legislativas contemporâneas, analisando como elas são aplicadas e se resultam em práticas discriminatórias ou desigualdades no acesso à justiça. Além disso, examina o papel do Estado na punição de infractores e como políticas de segurança afectam diferentes sectores da sociedade, especialmente aqueles que operam na economia informal.

Para aprofundar a análise, foram conduzidas nove entrevistas individuais com representantes de instituições-chave, incluindo a Ordem dos Advogados, o Parlamento, o Provedor de Justiça, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e especialistas em temas como terrorismo

e justiça criminal. Essas entrevistas permitiram recolher diferentes perspectivas sobre a aplicação das leis e os desafios da sua implementação.

Além das entrevistas, a REFORMAR organizou três grupos de discussão, que reuniram magistrados, advogados, investigadores criminais, membros do IPAJ, representantes SERNIC e trabalhadores do sector informal.

A pesquisa pretende identificar padrões comuns entre os países analisados e gerar recomendações para uma reforma legislativa mais justa e eficaz. O estudo está a ser desenvolvido em parceria com o DOI da Universidade do Cabo Ocidental.

2. Formações e Seminários

SEMINARIO DE APRIMORAMENTO DO CURRÍCULO E MANUAIS DE JUSTIÇA AMIGA DA CRIANÇA

15 DE JANEIRO DE 2024



Entre os dias 15 e 17 de Janeiro de 2024, o CFJJ, em parceria com a REFORMAR, realizou um retiro intensivo com o objectivo de aprimorar o currículo e os manuais de Justiça Amiga da Criança. Este evento contou com a presença de especialistas, formadores, representantes institucionais e outros actores relevantes do sistema de justiça moçambicano.

O retiro foi realizado na Província de Maputo, Vila de Marracuene, proporcionando um ambiente propício para discussões e colaborações produtivas. Durante o evento, os participantes se dedicaram a revisões aprofundadas nos módulos formativos e nos manuais, com o objectivo de modernizar e alinhar os conteúdos às melhores práticas internacionais. Foram abordados temas fundamentais, entre eles; *Crianças em Conflito com a Lei*: com enfoque nos desafios enfrentados por menores durante processos judiciais, ressaltando a necessidade de alternativas à privação de liberdade e soluções que considerem o melhor interesse da criança. *Crianças Vítimas, Testemunhas e Denunciantes*: análise de práticas sensíveis para garantir a proteção psicológica e física dessas crianças, com recomendações

para melhorar a interação institucional com elas, e *Crianças Ligadas a Grupos Armados*: discussão de estratégias eficazes para promover a recuperação e o reingresso social desses grupos vulneráveis, assegurando seu pleno desenvolvimento.

A Directora da REFORMAR, Dra. Tina Lorizzo, liderou as sessões, oferecendo valiosos insights com base em sua experiência em Direitos Humanos e justiça criminal. Ao seu lado estavam a Dra. Elisa Samuel Boerekamp, Directora-Geral do CFJJ, e o Dr. Zulficar Ramã, Director Adjunto do CFJJ, que também contribuíram com suas perspectivas institucionais. Representantes de várias entidades relevantes, como o SERNAP, a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), a Escola de Sargentos da Polícia (ESAPOL), a Escola Prática Penitenciária de Lhembe e a Escola Prática de Polícia de Matalana, participaram activamente das discussões.

As actividades incluíram workshops, apresentações de estudos de caso e sessões de grupo, culminando na elaboração de um documento preliminar contendo as revisões propostas. Este documento foi utilizado como base para futuras formações e intervenções no âmbito da Justiça Amiga da Criança.

INÍCIO DAS AULAS DE ITALIANO, INGLÊS E HABILIDADES PARA VIDA NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO JUVENIL DE BOANE

6 DE FEVEREIRO DE 2024



No dia 6 de Fevereiro ao 22 de Agosto de 2024, a REFORMAR iniciou um projecto educacional inovador no Estabelecimento

Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, localizado na província de Maputo. Este projecto, que envolve a oferta de curso de inglês e habilidades na vida para cerca de 40 jovens privados de liberdade, tem como objectivo principal ampliar as possibilidades educacionais e profissionais desses jovens, contribuindo assim para o fortalecimento da sua auto-estima.

A parceria da REFORMAR com os voluntários da organização italiana PASSI Società Cooperativa foi crucial para o sucesso dessa iniciativa, que visa oferecer uma experiência de aprendizagem significativa aos participantes. Ao longo do curso, os jovens tiveram a oportunidade de se familiarizar com as bases da língua inglesa, desenvolvendo competências de comunicação que podem ser fundamentais tanto para sua reinserção social quanto para sua futura inserção no mercado de trabalho. A educação linguística é vista como uma ferramenta crucial para promover a inclusão social, ampliando as perspectivas desses jovens para além do contexto penal, especialmente após a sua libertação.

A cerimónia de abertura do curso contou com a presença de representantes do SERNAP, da REFORMAR e dos voluntários italianos, todos destacando a importância da educação como um meio transformador. O projecto é visto como uma demonstração prática de como a educação pode desempenhar um papel crucial na reabilitação de jovens em conflito com a lei, ao mesmo tempo que contribui para a prevenção da reincidência criminal.

FORMAÇÃO EM PENOLOGIA PARA ESTAGIÁRIOS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

27 DE MAIO DE 2024



2024 1ª FASE DE ESTÁGIO					
MÓDULOS	FORMADORES E EQUIPES	GRUPOS DE ESTAGIÁRIOS	PERÍODO DE FORMAÇÃO	TEMPO TOTAL DE FORMAÇÃO	DIAS E HORAS DE FORMAÇÃO
PENOLOGIA (DIREITO PENITENCIÁRIO)	Formador responsável: REFORMAR Equipe de formadores: Dra. Tma Lortzto Dr. Lourenço Sigáique	Grupo II 2023 e Grupo I 2024	De 27 de Maio à 07 de Junho de 2024	8h	27 de Maio de 2024 – 14h 31 de Maio de 2024 – 14h 03 de Junho de 2024 – 14h 07 de Junho de 2024 – 14h

No dia 27 de Maio de 2024, teve início a primeira edição da formação intitulada "Penologia: Teoria, Prática e Novos

Desenvolvimentos", conduzido por Lourenço Sigauque, voltada para os estagiários da OAM. Esta formação, realizada de formato virtual, foi cuidadosamente projectada para proporcionar aos participantes uma base sólida para a prática jurídica, com ênfase em temas essenciais relacionados ao sistema penal. O programa teve como objectivo capacitar os futuros advogados em questões cruciais do direito penal e da aplicação das penas. Com a participação de cerca de 300 estagiários oriundos de diversas províncias do país, a formação reflectiu o alcance e o impacto que a capacitação teve nas futuras gerações de profissionais do direito em Moçambique.

Durante o programa, os estagiários exploraram tópicos de grande relevância, incluindo a evolução histórica da punição, que ofereceu uma perspectiva abrangente sobre a maneira como os sistemas penais se moldaram ao longo do tempo. Além disso, foram discutidos o quadro teórico da pena, com uma análise detalhada dos conceitos e fundamentos que sustentam a aplicação das punições, e os padrões globais de direitos humanos que deveriam ser observados no contexto da justiça criminal. O módulo apresentou uma visão aprofundada sobre a teoria da penologia, preparando os estagiários para uma compreensão crítica e ética do sistema de justiça penal.

A formação foi realizada em colaboração com o Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da UEM, destacando a importância da parceria entre instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil na construção de um sistema de justiça mais robusto e ético.

O programa teve como principal objectivo preparar os estagiários para que, no futuro, possam defender os direitos de seus clientes de maneira justa, eficaz e ética, contribuindo para um sistema jurídico mais inclusivo e respeitador dos direitos humanos. Ao abordar tanto a teoria quanto as práticas actuais do sistema penal, a formação buscou equipar os estagiários com o conhecimento necessário para enfrentar os desafios do direito penal contemporâneo, promovendo uma capacitação de excelência.



Em 15 de Julho de 2024, teve início o módulo intitulado "Penologia: Teoria, Práticas e Desenvolvimentos", voltado para os estudantes do 4º ano da Faculdade de Direito da UEM. O módulo foi conduzido por Lourenço Sigaúque, que utilizou sua experiência na área de penologia e direitos humanos para liderar as sessões. Projectado para oferecer aos estudantes uma compreensão ampla e detalhada das questões relacionadas à justiça criminal e ao sistema penitenciário, com foco em suas práticas históricas e nos desafios contemporâneos enfrentados pelo sistema penitenciário moçambicano. O curso abordou a história das prisões, suas origens e transformações ao longo do tempo, bem como os fundamentos da penologia e as teorias aplicadas à punição.

Nas primeiras sessões, os estudantes exploraram conceitos teóricos fundamentais sobre a punição e sua aplicação, analisando criticamente as práticas históricas e os modelos de punição que influenciaram o sistema penitenciário actual. O módulo também proporcionou uma visão abrangente das práticas contemporâneas, permitindo que os alunos compreendessem os desafios enfrentados pelo sistema penitenciário moçambicano, incluindo questões como a superlotação, as condições das prisões e a reabilitação de reclusos. Essa formação teve como objectivo preparar os futuros advogados e profissionais do direito para lidar com as complexidades do sistema de justiça penal e actuar na defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade, assegurando uma aplicação justa das penas.

Lourenço guiou os estudantes em discussões e análises aprofundadas sobre diversos aspectos do sistema penal, contribuindo com seu conhecimento académico e prático. A abordagem adoptada ofereceu uma sólida base teórica sobre o papel das prisões, a aplicação das penas e os Direitos Humanos, preparando os estudantes para que, no futuro, possam enfrentar os desafios éticos e legais do sistema penitenciário.

Com essa formação, a Faculdade de Direito da UEM e seus parceiros reafirmaram o compromisso de capacitar os profissionais do direito para que contribuam activamente na melhoria do sistema de justiça penal em Moçambique, promovendo um sistema mais justo, humano e eficaz.

MUSICOTERAPIA PARA FORTALECER A REABILITAÇÃO NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO DE RECUPERAÇÃO JUVENIL DE BOANE

4 DE NOVEMBRO DE 2024



No dia 4 de Novembro de 2024, o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane deu início a um programa inovador de musicoterapia, voltado para o bem-estar emocional e psicológico dos jovens privados de liberdade. Essa iniciativa resultou de uma parceria entre o SERNAP, a REFORMAR e a PASSI, e teve como objectivo oferecer um apoio terapêutico que contribuísse para uma abordagem mais humanizada da reabilitação.

O programa foi concebido para criar um ambiente seguro e acolhedor, permitindo que os indivíduos privados de liberdade explorassem e expressassem suas emoções por meio da

música. Durante as sessões, os participantes envolveram-se em diversas actividades, como a criação de músicas, a prática de instrumentos e a escuta de diferentes estilos musicais. Essas actividades não apenas ajudaram os jovens a processar suas emoções de maneira saudável, mas também desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da criatividade e do auto-conhecimento, preparando-os para lidar com os desafios impostos pelo encarceramento.

Além disso, a musicoterapia promoveu a socialização e o fortalecimento das habilidades interpessoais entre os jovens. Por meio dessas interações, os participantes tiveram a oportunidade de desenvolver competências sociais essenciais para a reinserção social e para a construção de uma rede de apoio emocional. Os organizadores do programa acreditam profundamente no poder transformador da música, que foi utilizada como uma ferramenta valiosa para fortalecer a resiliência emocional dos participantes, oferecendo-lhes novas perspectivas de vida e oportunidades de transformação pessoal.

O programa de musicoterapia ressalta a importância de abordagens terapêuticas alternativas no processo de reabilitação no sistema penitenciário, alinhando-se aos princípios de uma justiça mais humana e voltada para a reinserção social dos jovens. A colaboração entre as instituições envolvidas evidenciou o compromisso com a promoção de soluções inovadoras e eficazes para enfrentar os desafios do sistema prisional, especialmente no que diz respeito a crianças e menores infractoras.

3. Acções de Advocacia

HOMENAGEM À DRA. ALICE MABOTA E DEBATE SOBRE O ACÓRDÃO 14/CC/2023

10 DE MAIO

No dia 10 de Maio de 2024, a REFORMAR em parceria com o CFJJ organizaram um evento que prestou homenagem à advogada e activista de Direitos Humanos Dra. Alice Mabota. O evento teve como objectivo reconhecer o papel abnegado da activista na defesa dos Direitos Humanos e dos desfavorecidos, além de promover um debate sobre o Acórdão 14/CC/2023, emitido pelo CC.

O acórdão abordou uma petição liderada pela Dra. Mabota, submetida em Setembro de 2023, que solicitava a declaração de inconstitucionalidade do artigo 8º, n.º 2 do CEP. A petição teve como base um estudo conduzido pela REFORMAR no contexto de suas actividades relacionadas à reforma penitenciária em Moçambique. Segundo o CC, o referido artigo não é inconstitucional, pois estabelece que as pessoas privadas de liberdade com capacidades financeiras ou profissionais podem obter condições de detenção mais favoráveis, como a contratação de médicos particulares, a aquisição de bens específicos ou a reabilitação de quartos. A decisão gerou um intenso debate sobre igualdade e direitos das pessoas privadas de liberdade.

O evento contou com a presença de destacados oradores, incluindo o Dr. Samo Paulo Gonçalves que esteve nos trabalhos preparatórios do artigo 8º do CEP, o Dr. Ramos André Zambuco, representante do SERNAP, o Advogado Dr. Custódio Duma e o Dr. Sérgio Vilanculo, representante do Observatório das Mulheres. A moderação esteve a cargo da Directora do CFJJ. A Dra. Tina Lorzio apresentou a petição, destacando que o artigo 8º, n.º 2 viola o princípio da igualdade consagrado na Constituição de Moçambique e as Regras de Mandela, que estabelecem padrões mínimos para o tratamento humanitário dos reclusos sem discriminação.

A moderadora ressaltou que o Conselho Constitucional perdeu a oportunidade de direccionar a interpretação do artigo de forma a garantir condições favoráveis a todos os reclusos,

independentemente de sua situação económica. A sessão contou com a presença de juízes, directores de estabelecimentos penitenciários, advogados e representantes da sociedade civil, além da ilustre Dra. Terezinha da Silva, membro fundador do CFJJ.

Esta homenagem e debate reflectiram o compromisso da REFORMAR em promover reformas no sistema de justiça criminal e garantir os direitos humanos de todos os indivíduos, independentemente de sua condição social ou económica.

4. Apresentações, participações e outras actividades

4.1 Apresentações

APRESENTAÇÃO DO CURRÍCULO E MANUAIS SOBRE JUSTIÇA AMIGA DA CRIANÇA

13 DE MAIO DE 2024



No dia 13 de Maio de 2024, o IPAJ foi o palco do seminário que marcou a apresentação oficial do Currículo e dos Manuais de Formação Especializada em Justiça Amiga da Criança. Este evento foi resultado de uma consultoria realizada pela REFORMAR para o CFJJ, com o intuito de reforçar a capacitação dos profissionais do sistema de justiça moçambicano em temas relacionados aos direitos das crianças, especialmente no contexto judicial.

A apresentação teve como foco a criação de uma formação especializada que visava garantir que as crianças envolvidas com o sistema de justiça, seja como vítimas, testemunhas ou infractoras, fossem tratadas de acordo com os melhores interesses de seu desenvolvimento e de seus direitos.

Durante o seminário, foram apresentados três módulos principais que compõem os manuais de formação: Crianças em Conflito com a Lei, Crianças Vítimas e Testemunhas, e Crianças Ligadas a Grupos Armados. Cada módulo foi cuidadosamente estruturado, incluindo objectivos específicos, exercícios práticos, sugestões de leituras e recursos multimídia. Esses materiais tiveram como objectivo preparar magistrados, agentes penitenciários e outros profissionais do sistema de justiça para lidar com os desafios específicos apresentados pelas crianças em cada uma dessas situações. A abordagem metodológica buscou garantir que os

envolvidos no processo judicial compreendessem as particularidades das crianças e pudessem actuar de maneira que promovesse a protecção e o desenvolvimento delas, evitando a revitimização e assegurando a observância dos direitos humanos.

O evento contou com a participação de representantes de diversas instituições-chave do sistema judicial, incluindo o Tribunal Supremo, a Procuradoria-Geral da República, a ACIPOL e diversas organizações da sociedade civil. Essa participação reflectiu a importância da colaboração entre diferentes entidades no fortalecimento da justiça e na protecção dos direitos das crianças em Moçambique. O seminário também foi uma oportunidade para estabelecer novas parcerias e reforçar a rede de apoio para a implementação efectiva dos conteúdos dos manuais.

Com a apresentação desses manuais, a REFORMAR e o CFJJ deram um passo significativo para a melhoria da formação de profissionais da justiça, garantindo que o sistema de justiça moçambicano estivesse melhor preparado para lidar com casos envolvendo crianças, respeitando os princípios internacionais de protecção e promoção dos direitos infantis. Este seminário marcou uma etapa importante na capacitação e sensibilização dos profissionais do sistema judicial para os direitos das crianças, um passo essencial para a criação de um ambiente judicial mais sensível e comprometido com o bem-estar infantil.

*APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS MULHERES EM CONFLITO COM A LEI EM MOÇAMBIQUE
NO SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE O GÉNERO NO JUDICIÁRIO
10 A 12 DE JUNHO DE 2024*



Entre os dias 10 e 12 de Junho de 2024, realizou-se em Maputo o primeiro Simpósio Internacional sobre o Género no Judiciário,

subordinado ao tema "Processar e Julgar com Perspectiva de Género". Organizado pelo CFJJ, o evento reuniu um público diversificado, incluindo representantes de entidades públicas e privadas, organizações da sociedade civil, membros do governo e especialistas internacionais.

A sessão de abertura foi marcada pelas notas de boas-vindas e contextualização da Directora-Geral do CFJJ, Dra. Elisa Samuel Boerekamp, que destacou a importância do tema para o fortalecimento do sistema de justiça moçambicano.

O discurso de abertura oficial foi proferido pela MJCR, Sua Excelência Helena Mateus Kida, que salientou a relevância da abordagem de género como uma prioridade transversal, essencial para garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso à justiça.

O simpósio foi estruturado em diversos painéis temáticos, promovendo debates aprofundados sobre a incorporação da perspectiva de género no judiciário.

No primeiro dia, a Prof.^a Dra. Maria Clara Sottomayor, Veneranda Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, apresentou o tema "Julgar com Perspectiva de Género no Judiciário", oferecendo uma visão aprofundada sobre as práticas internacionais e os desafios para a sua implementação no sistema judicial moçambicano.

A Dra. Tina Lorizzo, Directora da REFORMAR, trouxe uma análise aprofundada sobre a situação das mulheres em conflito com a lei em Moçambique. Sua apresentação destacou como a violência baseada no género (VBG) tem impacto directo no aumento da população prisional feminina. A pesquisa conduzida pela especialista revelou que muitas mulheres encarceradas são vítimas de violência antes da prisão, mas essa realidade raramente é considerada pelo sistema judicial no momento do julgamento. Ela defendeu a aplicação das Regras de Bangkok, que recomendam alternativas à prisão para mulheres, especialmente aquelas que são mães. O debate que se seguiu reforçou a necessidade de um olhar mais humanizado e equitativo na justiça criminal, garantindo maior protecção dos direitos das mulheres.

Além da Dra. Tina, outros especialistas trouxeram contributos valiosos. O Dr. João Chivambo, magistrado do Ministério Público, abordou as principais dificuldades na aplicação das penas alternativas à prisão, mencionando desafios institucionais e culturais. Já a Dra. Carla Mbanze, advogada e especialista em direitos humanos, alertou para a falta de acesso à defesa jurídica

para reclusos de baixa renda e a necessidade de reforçar os serviços de assistência jurídica gratuita.

O segundo dia iniciou com o painel moderado pelo Dr. Ribeiro Cuna, Sub-Procurador Geral da República, que abordou a perspectiva de género em casos de tráfico de pessoas. A Dra. Daya Hayakawa Almeida, Oficial de Justiça e Prevenção do Crime da UNODC, apresentou um caso de estudo sobre o impacto das desigualdades de género no tráfico humano, destacando a necessidade de uma resposta judicial mais sensível às especificidades das vítimas. Seguiu-se a intervenção da Dra. Sara Tamele, Procuradora da República, que discutiu "A Proteção das Vítimas de VBG e o Papel do Ministério Público". A apresentação trouxe uma análise da legislação vigente e das dificuldades na aplicação das leis de proteção às vítimas, incluindo desafios na recolha de provas e no acompanhamento dos casos.

Na parte da tarde, o painel contou com a presença do Dr. Adilson José, Juiz de Direito, que abordou "A Sentença Judicial e a Perspectiva de Género", analisando como as decisões judiciais podem influenciar positivamente a equidade de género e garantir maior justiça para vítimas de VBG.

O último dia do simpósio centrou no tema "Processar e Julgar com Perspectiva de Género", reunindo especialistas nacionais e internacionais para discutir desafios e avanços na incorporação da perspectiva de género no sistema de justiça moçambicano.

A sessão contou com intervenções de oradores como a Dra. Jennifer Bradford (UNODC), Dr. João Pedro (ICAR), Ms. Riikka Puttonen (ONU), Dra. Alda Manjate (GCCC) e Dra. Adelina Afonso (Tribunal de Pemba), com moderação da Dra. Amélia M. Munguambe.

O evento encerrou com o compromisso conjunto de continuar promovendo formações e revisões legislativas para um sistema de justiça mais equitativo e sensível às questões de género.

APRESENTAÇÃO SOBRE AS BOAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS E REGIONAIS NA CRIAÇÃO DE REDES DE COLABORAÇÃO ENTRE PRESTADORES DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO WORKSHOP REGIONAL SOBRE MELHORIA DA IGUALDADE DE ACESSO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA NOS SISTEMAS DE JUSTIÇA CRIMINAL

24 A 26 DE SETEMBRO DE 2024



De 24 à 26 de Setembro de 2024,

Windhoek, Namíbia, foi o cenário do Workshop Regional sobre Melhoria da Igualdade de Acesso à Assistência Jurídica nos Sistemas de Justiça Criminal na África Austral. Organizado pelo Ministério da Justiça da Namíbia em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), esse evento internacional reuniu representantes de instituições públicas e privadas de diversos países da região, incluindo Moçambique, Botswana, Angola, Zâmbia, Eswatini, África do Sul, Maurícias, Brasil, Zimbábue e Lesotho, bem como a Argentina com o objectivo de promover um debate profundo sobre a melhoria do acesso à justiça para todos, especialmente nas áreas de assistência jurídica no sistema penal.

O workshop teve como objectivo discutir a implementação de boas práticas e soluções inovadoras para melhorar a igualdade no acesso à assistência jurídica nos sistemas de justiça criminal. A troca de experiências entre os países participantes foi fundamental para identificar desafios comuns e propor estratégias que garantissem um acesso mais eficaz e equitativo aos serviços jurídicos, especialmente para populações vulneráveis, como mulheres, crianças e pessoas em situação de marginalização social.

A REFORMAR, representando Moçambique, contribuiu para o evento com uma apresentação sobre as boas práticas internacionais e regionais na criação de redes de colaboração entre prestadores de assistência jurídica, destacando como essas redes são cruciais para a implementação de soluções eficazes e equitativas no sistema de justiça. A importância da colaboração entre países, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas foi um dos pontos centrais do debate, enfatizando que a construção de uma rede forte de apoio jurídico foi essencial para assegurar a equidade no acesso à justiça.

Além disso, o workshop proporcionou uma plataforma para a discussão sobre o fortalecimento das políticas públicas e das práticas jurídicas, buscando otimizar os recursos disponíveis para garantir uma justiça mais acessível e inclusiva. A presença de especialistas internacionais, ministros da justiça e representantes de organizações da sociedade civil proporcionou um espaço único para o desenvolvimento de soluções práticas e eficazes que podem ser implementadas nos diversos contextos nacionais da região da África Austral.

4.2 Participações

WORKSHOP REGIONAL SOBRE CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL

28 E 29 DE FEVEREIRO DE 2024



Nos dias 28 e 29 de Fevereiro de 2024, Dar Es Salaam, na Tanzânia, a REFORMAR marcou presença no Workshop Regional sobre COT, organizado pela IDLO. O workshop reuniu investigadores, procuradores e juizes do Quênia,

Moçambique e Tanzânia para partilhar reflexões sobre os progressos e desafios no combate à COT nos seus países.

Entre os desafios, destacaram-se as barreiras de comunicação devido às diferentes línguas, as diferenças nos quadros jurídicos e processuais, além da necessidade de recursos financeiros, humanos, estruturais e tecnológicos. Outros participantes observaram a necessidade de adaptar e responder aos avanços tecnológicos que poderiam facilitar a COT na região. O workshop fez parte do projecto “Fortalecendo as Respostas do Estado ao Crime Organizado Transnacional na África Oriental”, financiado pelo Gabinete de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei do Departamento de Estado dos EUA e implementado pela IDLO.

No ano anterior, o projecto realizou avaliações jurídicas independentes das políticas nacionais e regionais para investigação, acusação e julgamento da COT nos três países envolvidos e fez recomendações para reforçar essas políticas. Durante o workshop, os participantes discutiram essas avaliações e interagiram com redes nacionais e regionais essenciais para fortalecer a cooperação transfronteiriça no combate à COT.

No final do workshop, os participantes chegaram a um conjunto de seis resoluções destinadas a moldar as reformas jurídicas e as intervenções de desenvolvimento de capacidades em matéria de COT, de acordo com as necessidades específicas de cada país. Moçambique foi representado pelo Venerando Juiz Luís Mondlane, Dra. Elisa Samuel, Directora do CFJJ, Dra. Tina Lorzio, Directora da REFORMAR, representantes da Procuradoria-Geral da República (PGR), Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC), Gabinete Central para Prevenção e Combate à Droga e SERNIC.



No dia 03 de Junho, no Hotel Glória, a REFORMAR participou do evento de lançamento do Informe Anual sobre o Estado das Mulheres em Moçambique 2023, no quadro do Barómetro das Mulheres. O Barómetro das Mulheres é um site onde tomadores de decisão, estudantes, sociedade civil, entidades administrativas, legisladores, entre outros, podem aceder a informações estatísticas actualizadas sobre dimensões como VBG, saúde, estruturas económicas, participação política e liderança, desporto e, principalmente, para medir o estágio das mulheres em Moçambique.

Este evento foi organizado pelo Observatório das Mulheres e visou apresentar os dados estatísticos sobre a inclusão da mulher em vários sectores da sociedade, apesar das persistentes desigualdades sociais e de género, tornando necessário identificar as dimensões em que essas desigualdades foram mais evidentes.

Participaram do evento organizações da sociedade civil, juristas, académicos e órgãos estatais, que testemunharam os dados apresentados pelo Observatório das Mulheres sobre as desigualdades sociais e sua influência no exercício dos direitos humanos, particularmente das mulheres e raparigas.

Embora houvesse várias dimensões em que poderiam ser recolhidos dados, o Observatório das Mulheres seleccionou 8 dimensões principais: Participação política e liderança; segurança e VBG; economia; saúde; educação; sistema penitenciário; desporto; mudanças climáticas e

media. Após a análise das dimensões, concluiu-se que o estado das mulheres em Moçambique em 2023 foi caracterizado por medo e insegurança.

LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO SERNAP 2024-2034 E COMEMORAÇÕES DO MÊS DO SERNAP

4 DE JULHO DE 2024



No dia 4 de Julho de 2024, o SERNAP realizou o lançamento do seu Plano Estratégico 2024-2034 e das comemorações alusivas ao mês do SERNAP, sob o lema: "SERNAP 49 anos Garantindo a Execução de Penas e Reabilitação do Recluso". Este evento assinalou um marco significativo como o primeiro plano estratégico do SERNAP, que serviu como um guia programático para as ações do sector penitenciário nos próximos 10 anos. A REFORMAR participou do evento, reforçando seu compromisso com a melhoria das condições penitenciárias e a promoção de práticas de reabilitação e reinserção de reclusos.

A sessão de abertura contou com a presença da Excelentíssima Secretária de Estado da Cidade de Maputo (quem?), que parabenizou os membros do SERNAP pelo esforço e dedicação na elaboração deste plano inovador. Ela destacou que o plano estratégico representava uma visão clara de reforma e fortalecimento do sistema penitenciário.

O Representante da UNODC (quem?) fez uma breve apresentação sobre a importância do plano estratégico, incentivando o SERNAP a buscar a concretização de sua missão no sector penitenciário.

A apresentação do plano estratégico foi conduzida pelo representante da equipe de elaboração, que explicou de forma sucinta os objectivos do plano. O evento foi encerrado pela Excelentíssima Helena Hina, Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, que reconheceu os problemas crónicos enfrentados pelo sistema penitenciário, como a superlotação, as condições inadequadas das instalações e a escassez de recursos.

CONSULTA REGIONAL PARA CRIAÇÃO DE GUIA PRÁTICO SOBRE UMA ABORDAGEM DO DIREITO PENAL BASEADA NOS DIREITOS HUMANOS

5 E 6 DE JUNHO DE 2024



A Directora da REFORMAR participou da consulta regional para a criação do guião prático sobre uma abordagem do Direito Penal baseada nos Direitos Humanos, com o objectivo de promover a descriminalização das condutas associadas à pobreza, aos sem-abrigo e ao estatuto social. O evento ocorreu em Nairobi nos dias 5 e 6 de Junho de 2024 e foi organizado pelo ICws, a ICJ e o Secretariado da Commonwealth (ComSec).

Em todo o mundo, as comunidades marginalizadas estavam desproporcionalmente representadas nos sistemas de justiça criminal. Aqueles que viviam na pobreza e os sem-abrigo foram criminalizados por leis sobre pequenos delitos, como vadiagem, comércio informal e incapacidade de pagar dívidas, entre outros. A aplicação desses "crimes" obstruía os sistemas de justiça criminal, causando atrasos insustentáveis nos processos sem abordar as causas profundas da pobreza, dos sem-abrigo e do estatuto social.

Este guião baseava-se em boas práticas internacionais e regionais e visava campanhas para descriminalizar condutas associadas à pobreza, sem-abrigo e estatuto social.

No primeiro dia do evento, 5 de Junho de 2024, foi feita a introdução do projecto, explicando o objectivo do guia para os profissionais. A consulta iniciou imediatamente, questionando aos participantes sobre o quadro legal internacional e regional aplicado à justiça criminal sobre a matéria. Durante o segundo dia, foram compartilhados exemplos de ofensas criminais relacionadas à pobreza, pessoas sem-abrigo e estatuto social, bem como o papel dos magistrados, advogados, defensores públicos e organizações da sociedade civil.

Representantes de organizações de países como Lesotho, Quênia, Nigéria, África do Sul, Malawi, Eswatini, Tanzânia e Ghana participaram da consulta.

4.3 Outras actividades

ALMOÇO FESTIVO NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUVENIL DE BOANE

25 DE JANEIRO DE 2024



Decorreu no dia, 25 de Janeiro de 2024, no Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, um almoço alusivo à comemoração da chegada do novo ano. O evento contou com a participação activa da Directora do EP Júlia Macuácuá, da Directora da REFORMAR Tina Lorizzo, e de voluntários da organização não-governamental italiana - PASSI.

A atmosfera festiva começou com uma mensagem de abertura emocionante proferida pela Directora Júlia Macuácuá, que destacou a importância da solidariedade e da esperança,

especialmente durante as festividades. Em seguida, um representante dos internos dirigiu uma oração, enfatizando os valores de união e renovação espiritual.

O programa continuou com um momento cultural envolvente, apresentando performances diversificadas, como a tradicional Makwaela, um inspirador canto coral e a vibrante dança Skotsana, proporcionando aos presentes uma experiência rica em expressões artísticas. O ápice do evento foi o almoço festivo, onde internos e convidados compartilharam uma refeição especial, reforçando os laços de comunidade e solidariedade.

A presença da Directora do EP, da equipe da REFORMAR e dos voluntários da PASSI demonstrou o compromisso das autoridades e organizações em proporcionar momentos de alegria e esperança aos jovens reclusos em 2024. Este evento reforçou a importância da reabilitação e da ressocialização como parte integrante do sistema penitenciário juvenil.

RETIRO DE TRABALHO DEDICADO A REVISÃO DA LEI DOS TRIBUNAIS COMUNITARIOS

11 a 15 DE MARÇO DE 2024



Entre os dias 11 e 15 de Março de 2024, realizou-se, na Macaneta, um retiro de trabalho dedicado à revisão da Lei dos Tribunais Comunitários. O evento foi organizado pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e reuniu especialistas e representantes do sector para discutir e regulamentar a proposta de lei.

A iniciativa foi uma resposta aos desafios existentes no acesso à justiça, particularmente para as populações mais vulneráveis. Os Tribunais Comunitários continuaram a desempenhar um

papel essencial na resolução de conflitos locais, contribuindo para a redução da carga sobre o sistema judicial formal. Durante o retiro, os participantes analisaram estratégias para melhorar as condições de funcionamento desses tribunais e fortalecer sua articulação com o sistema judicial oficial.

A Dra. Aissa Aiuba Dabo, diretora nacional de Administração da Justiça no MJCR, ressaltou a necessidade de reformular os Tribunais Comunitários para melhor atender às necessidades da população. O evento contou com a participação de especialistas como o Venerando Juiz Conselheiro João Trindade e a Dra. Elisa Samuel Boerekamp, Directora-Geral do CFJJ. A Dra. Tina Lorizzo, Directora da REFORMAR, também esteve presente e teve a oportunidade de aplicar recomendações propostas na sua tese de doutoramento.

As recomendações produzidas durante o retiro foram fundamentais para o processo de revisão da Lei dos Tribunais Comunitários. Com a proposta de lei avançando para a fase de elaboração e futura submissão à Assembleia da República, as contribuições feitas nesse evento ajudaram a consolidar medidas para fortalecer esses tribunais e aprimorar sua capacidade de garantir o acesso à justiça nas comunidades moçambicanas.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO"

14 DE MAIO DE 2024



No dia 14 de Maio de 2024, o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane foi palco da Exposição Fotográfica "Perdido-Achado". Organizada pela REFORMAR em colaboração com o SERNAP,

a exposição reafirmou o papel da arte como um poderoso instrumento de transformação social e reabilitação de jovens em situação de vulnerabilidade.

O evento contou com a presença de representantes da sociedade civil, de organizações internacionais, autoridades locais e membros do governo, entre eles o Director Geral do SERNAP, a Directora do Estabelecimento Penitenciário Especial de Recuperação Juvenil de Boane, e a Directora da REFORMAR, Dra. Tina Lorizzo. Também marcaram presença representantes do UNICEF Mozambique, UNODC, Embaixada da Itália e de outros organismos que apoiam a reabilitação social em Moçambique.

A cerimónia de abertura iniciou com as palavras de boas-vindas do Adjunto da Administradora do Distrito de Boane, que destacou o impacto positivo de iniciativas culturais na promoção da inclusão social. Em seguida, o fotógrafo italiano Angelo Ghidoni, mais conhecido como Aghi, partilhou os bastidores do projecto de Linguagem Fotográfica, detalhando os desafios enfrentados e as histórias por trás das imagens capturadas.

A Dra. Tina Lorizzo, durante a sua intervenção, enfatizou o papel transformador da arte no contexto da reabilitação social, sublinhando como as actividades criativas contribuíram para o auto-conhecimento, a confiança e a reinserção dos jovens. Ressaltou ainda o compromisso da REFORMAR em desenvolver iniciativas inovadoras que trouxessem soluções sustentáveis para os desafios enfrentados no sistema penitenciário.

O Brigadeiro António Augusto Maurice, Director do SERNAP, fez o discurso de inauguração da exposição, reafirmando o compromisso da instituição com a dignidade humana e a reinserção social. Ele destacou como projectos deste género, "Perdido-Achado", inspiraram novas abordagens na gestão penitenciária, promovendo a empatia e a compreensão mútua.

Os visitantes, ao percorrerem as imagens, foram convidados a testemunhar as histórias de superação dos jovens, representadas em cada fotografia. As imagens capturaram a complexidade das experiências vividas e as esperanças renovadas desses indivíduos. O impacto das obras foi evidente, provocando reflexões profundas entre os participantes sobre a necessidade de soluções inclusivas e humanizadas no sistema de justiça.

Ao encerrar o evento, a REFORMAR e o SERNAP expressaram um profundo agradecimento a todos os envolvidos, desde os parceiros institucionais até os participantes locais, reafirmando que a colaboração foi essencial para o sucesso da exposição. Este momento representou não apenas a celebração do potencial humano, mas também um passo significativo em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO" NO CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA
24 DE MAIO DE 2024



No dia 24 de Maio de 2024, a Exposição Fotográfica "Perdido-Achado" foi transferida para o CFJJ, em Maputo, como parte de uma iniciativa para sensibilizar a comunidade jurídica sobre a importância da reinserção social e reabilitação de jovens em conflito com a lei. Este evento demonstrou o alcance transformador da arte e o seu papel no fortalecimento do sistema de justiça criminal em Moçambique.

A cerimónia de abertura contou com a presença da Directora-Geral do CFJJ, Dra. Elisa Samuel Boerekamp, acompanhada pelo Director-Adjunto, Dr. Zulficar Ramã, e pela Dra. Sheila Matavele, também Directora-Adjunta. Representantes da Escola Nacional de Magistrados da França (ENMF) e membros da comunidade jurídica local também prestigiaram o evento.

Durante a visita, Lourenço Sigaúque, pesquisador da REFORMAR e co-idealizador da exposição, liderou uma apresentação detalhada sobre o trabalho realizado no Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane. Ele destacou como a fotografia foi utilizada como ferramenta de expressão para os jovens, permitindo-lhes narrar

suas histórias e reflectir sobre seus percursos de vida. Essa abordagem inovadora demonstrou o impacto positivo de actividades criativas no desenvolvimento pessoal e na reinserção social.

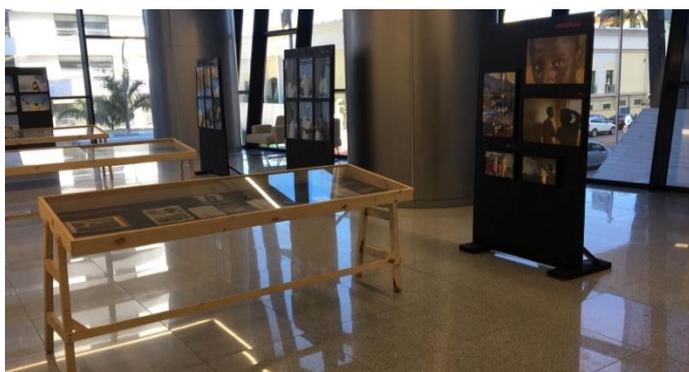
Os visitantes tiveram a oportunidade de explorar o significado das fotografias e mergulharam nas experiências vividas pelos jovens retratados. Cada imagem foi acompanhada de descrições que ofereceram um contexto mais profundo, permitindo aos espectadores compreender os desafios enfrentados pelos jovens e as suas histórias de superação. As fotografias não só sensibilizaram o público, mas também incentivaram debates construtivos sobre como o sistema de justiça poderia adoptar práticas mais inclusivas e humanizadas.

A Directora-Geral do CFJJ, Dra. Elisa Samuel Boerekamp, elogiou a iniciativa da REFORMAR e enfatizou a importância de projectos como "Perdido-Achado" para inspirar mudanças positivas no sistema jurídico moçambicano. Ela destacou que a exposição serviu como um poderoso lembrete da necessidade de promover a dignidade humana e oferecer oportunidades de reabilitação a todos.

Este evento reafirmou o compromisso da REFORMAR em colaborar com instituições-chave para promover uma justiça mais inclusiva e equitativa em Moçambique.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO" NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS

5 DE JUNHO DE 2024



A Exposição Fotográfica "Perdido-Achado" foi transferida para o MJCR, como parte de um esforço contínuo de sensibilização.

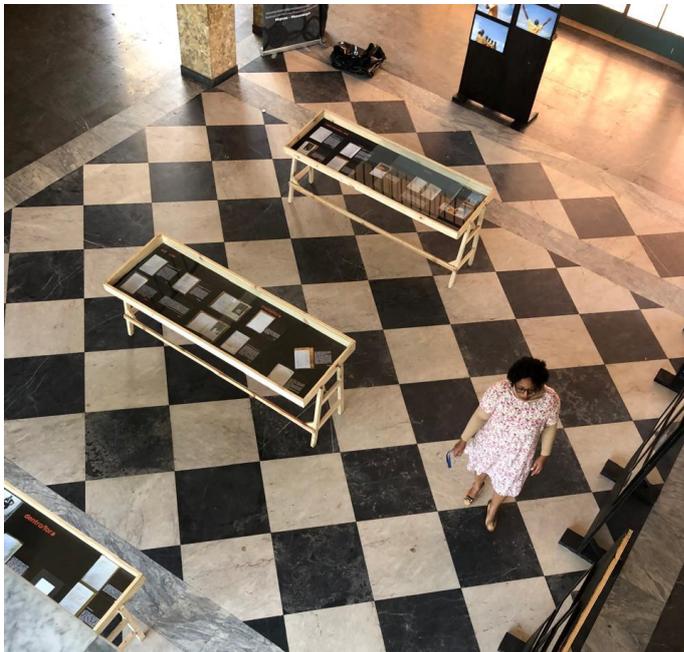
Os visitantes tiveram a oportunidade de explorar as imagens, cada uma acompanhada de uma narrativa que oferece um contexto profundo sobre as experiências individuais dos jovens. As

fotografias foram descritas como uma forma poderosa de dar voz aos participantes do projecto, permitindo que compartilhem suas histórias de luta e resiliência com o público.

A exposição no MJCR não se limitou apenas ao público especializado, mas foi aberta a todos os interessados. Este período de exibição ampliado garantiu maior acessibilidade e permitiu que a mensagem de inclusão e justiça social alcançasse um público mais vasto.

Ao final da exposição, a REFORMAR e o SERNAP expressaram profunda gratidão aos apoiantes e parceiros, reafirmando o compromisso com iniciativas futuras que continuem a promover a reinserção social e a sensibilização sobre as condições enfrentadas por jovens privados de liberdade. Este evento consolidou a importância da colaboração inter-institucional como catalisador de mudanças positivas no sistema de justiça.

*EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO" NA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSINA MACHEL
10 DE JULHO DE 2024*

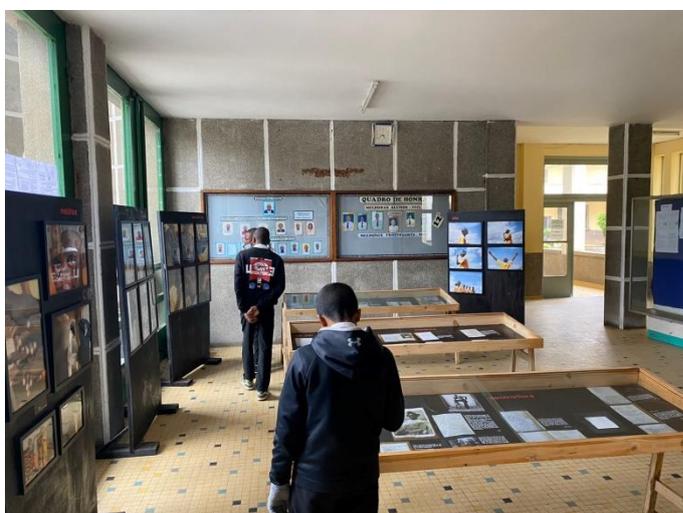


A Exposição Fotográfica "Perdido-Achado" continuou sua jornada de sensibilização e, desta vez, chegou à Escola Secundária Josina Machel, em Maputo. Organizada pela REFORMAR, em parceria com o SERNAP, a exposição esteve aberta ao público de 5 de Julho a 10 de agosto de 2024.

Ao visitar a exposição, os alunos, professores e demais membros da comunidade escolar tiveram a oportunidade de se conectar com essas histórias humanas de forma profunda e impactante, compreendendo como a arte pode servir como um elo poderoso entre o sistema de justiça e os esforços de reinserção. A exposição reforçou a ideia de que a reabilitação não é apenas uma questão de justiça penal, mas um processo humano de resgatar a dignidade e proporcionar oportunidades para o futuro.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO" NA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO MANYANGA

30 DE AGOSTO DE 2024



A Exposição Fotográfica "Perdido-

Achado" seguiu sua trajetória e chegou à Escola Secundária Francisco Manyanga, onde esteve disponível para o público de 30 de agosto a 12 de Outubro de 2024. Esse evento foi uma continuação da missão de sensibilizar a sociedade para a importância da reinserção dos jovens em conflito com a lei, não apenas pelo cumprimento de penas, mas também pela reinserção no tecido social de maneira plena e digna. A exposição foi uma homenagem à força e à determinação desses jovens que, apesar de seus passados difíceis, continuaram a lutar por um futuro melhor.

As imagens expostas foram uma prova do poder da fotografia como ferramenta de transformação social, mostrando que, por meio da arte, foi possível gerar discussões significativas sobre justiça, direitos humanos e inclusão social. Esse evento visou não apenas expor imagens, mas também criar um espaço de reflexão profunda sobre a importância da

reinserção e do papel da sociedade na construção de um ambiente mais inclusivo para os jovens.

MUSICOTERAPIA PARA FORTALECER A REABILITAÇÃO NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO DE RECUPERAÇÃO JUVENIL DE BOANE

29 DE OUTUBRO DE 2024



No dia 29 de Outubro de 2024, o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane recebeu a entrega de instrumentos musicais tradicionais, como parte de um programa de musicoterapia desenvolvido em colaboração com a REFORMAR e a Ágape. Esta iniciativa teve como objectivo oferecer aos jovens privados de liberdade uma oportunidade terapêutica que promove o bem-estar emocional e psicológico, além de contribuir para uma abordagem mais humanizada na reabilitação.

A entrega dos instrumentos, que incluiu 4 Magoche, 1 Mini Timbila, 3 Xitendes, 2 Mbiras, 4 Xiquitsis, 1 Xogovia, 2 Flautas Doces e 4 Likutes, foi marcada pela presença da coordenadora do programa de reabilitação e reinserção social, e do supervisionou a segurança durante o processo. A recepção dos instrumentos foi calorosa e gerou grande entusiasmo entre os participantes, que se mostraram motivados para iniciar as actividades de musicoterapia.

O programa de musicoterapia foi concebido para criar um espaço seguro e acolhedor, onde os jovens possam explorar e expressar suas emoções por meio da música. Além dos benefícios terapêuticos, a musicoterapia promove a socialização e o fortalecimento das habilidades

interpessoais entre os jovens, essenciais para o processo de reinserção e para a construção de uma rede de apoio emocional. Acredita-se firmemente no poder transformador da música, que, como ferramenta, poderá fortalecer a resiliência emocional dos participantes e oferecer novas perspectivas de vida e de transformação pessoal.

Este programa ressalta a importância de abordagens terapêuticas alternativas dentro do sistema penitenciário, alinhando-se aos princípios de uma justiça mais humana e voltada para a reinserção social dos jovens. A colaboração entre a REFORMAR, a Ágape e o Estabelecimento Penitenciário de Boane evidencia o compromisso das instituições envolvidas na promoção de soluções inovadoras e eficazes para enfrentar os desafios do sistema prisional, especialmente no que diz respeito aos jovens infractores.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "PERDIDO-ACHADO" NO SEMINÁRIO SÃO PIO X

12 DE NOVEMBRO DE 2024



Após uma jornada de sucesso por diversos locais, a Exposição Fotográfica "Perdido-Achado" chegou ao Seminário São Pio X. Esta exposição, foi um marco importante no processo de sensibilização sobre a reabilitação e reinserção social dos jovens privados de liberdade, tendo sido exibida em diversos espaços de grande relevância, incluindo o Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane, o CFJJ, MJCR e várias escolas secundárias.

A exposição, continuou a oferecer uma visão poderosa sobre as histórias de superação dos jovens do Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane, explorando temas como justiça social, reabilitação e reinserção social através da arte. As imagens capturaram tanto a realidade dura vivida por esses jovens quanto suas jornadas de transformação, revelando sua força e resiliência frente aos desafios.

Neste novo local, a comunidade do Seminário São Pio X, estudantes, educadores e o público em geral puderam reflectir sobre as questões de justiça social e a apoiar esta importante iniciativa. Através da arte, a exposição promoveu uma reflexão profunda sobre o papel da arte como ferramenta de transformação social, estimulando empatia, compreensão e esperança.

A jornada da Exposição "Perdido-Achado" reflectiu o compromisso da REFORMAR e do SERNAP na promoção da dignidade e da reinserção social dos jovens em situação de vulnerabilidade. Após passar por várias instituições e escolas, a exposição continuou a ampliar seu impacto, consciencializando e inspirando novos grupos sociais sobre a importância da reabilitação e das oportunidades para um novo começo.

A REFORMAR expressa um profundo agradecimento ao fotógrafo Angelo Ghidoni (Aghi) pelo seu olhar sensível e comprometido na captação das imagens que deram vida à exposição 'Perdido-Achado'. Sua abordagem única e autêntica garantiu a originalidade das fotografias, permitindo que cada imagem contasse, com profundidade e respeito, a história de resiliência e transformação dos jovens do Estabelecimento Penitenciário de Recuperação Juvenil de Boane.

Agradecemos também ao SERNAP, ao CFJJ, ao MJCR, ao Seminário São Pio X, às escolas secundárias e a todas as instituições que acolheram a exposição e contribuíram para ampliar seu impacto. Nosso reconhecimento estende-se ainda aos parceiros institucionais, às organizações da sociedade civil e a todos os indivíduos que, de diferentes formas, apoiaram e fortaleceram esta iniciativa, permitindo que essas narrativas fossem amplamente compartilhadas.

5. Apoio e colaborações

A REFORMAR agradece o apoio que, durante o ano, foi prestado por diferentes instituições governamentais, inter-estatais, não-estatais e da sociedade civil que a seguir serão elencadas.

PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

AGAPE

IDPC

MAESTRAL INTERNATIONAL

SALC

UNICEF

UNODOC

Voluntary Service Overseas (VSO)

INSTITUIÇÕES ESTATAIS E GOVERNAMENTAIS

Serviço Nacional Penitenciário (SER NAP)

Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ)

Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ)

Procuradoria-Geral da República de Moçambique (PGR)

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

ORGANIZAÇÕES NÃO-ESTATAIS E DA SOCIEDADE CIVIL

Africa Criminal Justice Reform (ACJR)

Centro Africano de Excelência para o Acesso a Justiça (ACE – AJ)

Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM)

PASSI Società Cooperativa (PASSI)

6. Divulgação

6.1 Website

O site da REFORMAR, <https://reformar.co.mz/>, é regularmente actualizado, com informações sobre as novas actividades e pesquisas. Em Janeiro de 2024, foram registados cerca de 36 mil usuários activos no site da REFORMAR. A maioria dos visitantes é de Moçambique, seguido pelos Países Baixos, Estados Unidos, África do Sul, Brasil, Angola, Portugal, Alemanha, França e China (esperava ver Itália, escapou?). A tendência continua a demonstrar que o foco regional da REFORMAR está a ser alcançado, uma vez que 4 dos 10 países com maior número de acessos são de língua oficial portuguesa. Em termos continentais, a Europa continua a registar um número elevado de visitantes, comparativamente a África, América Latina e Ásia.

6.2 Facebook

A REFORMAR possui uma página no Facebook ([REFORMAR – Research for Mozambique](#)) onde são publicadas actualizações regulares sobre os eventos, actividades, bem como comentários sobre as tendências e desenvolvimentos nacionais, regionais e internacionais actuais em justiça criminal e Direitos Humanos.

6.3 Twitter

A REFORMAR tem também uma página de twitter, no seguinte endereço: <https://twitter.com/REFORMAR3>

Contactos

REFORMAR – Research for Mozambique

Av. Sekou Touré 819

Maputo

Moçambique

Web: reformar.co.mz

Facebook: <https://www.facebook.com/Reformar-Research-for-Mozambique-1025085100903393/>

Twitter: <https://twitter.com/REFORMAR3>